



JOÃO CARLOS MACHADO

O SEGUNDO JUIZ TOGADO DO CONSELHO DE APELAÇÃO

## Sergio Antonio Berni de Brum<sup>1</sup>

Consta na ata da sessão de julgamento de 22 de maio de 1931 que tomou posse como Juiz togado do Conselho de Apelação da Brigada Militar, nomeado pelo governador Antônio Flores da Cunha, o ilustre e destacado homem público, jornalista e advogado Dr. João Carlos Machado. Nessa oportunidade o Presidente da Corte Castrense Juiz e Comandante-Geral da Brigada Militar Claudino Nunes Pereira pediu que constasse em ata que “A grande satisfação com que todos recebiam a nomeação do Dr. João Carlos Machado, em substituição, a figura saudosa do Desembargador Ribeiro Dantas, para Juiz deste Conselho”. Nessa mesma ata consta pedido de registro por parte do Dr. João Carlos Machado dizendo:

“Que nunca poderá substituir o saudoso e eminente Desembargador Ribeiro Dantas como advogado e magistrado primeiro em várias comarcas do Estado e depois no Superior Tribunal, como republicano denodado e leal, exercendo por muitos anos um mandato político que sobremodo enobrecem, como Presidente do Conselho Penitenciário e Juiz togado deste Conselho, como escriptor elegante, manejando o vernáculo com requintes de artista, o Desembargador Ribeiro Dantas, fez o ei illustre e admirado o seu grande nome, impondo-o a bondade e carinho de seus concidadãos”.

Eis acima a primeira participação do ilustre Juiz Togado João Carlos Machado em sua primeira sessão no Conselho de Apelação, onde já aflora a virtude da gratidão e do reconhecimento ao seu antecessor o saudoso Ribeiro Dantas.

---

<sup>1</sup> Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum – Coordenador do Projeto Memória da JME/RS.

João Carlos Machado nasceu em Santiago/RS, no dia 16 de fevereiro de 1890, filho de João Francisco Machado e Senhorinha Machado. Casou-se com Clélia G. Machado com quem teve cinco filhos e veio a falecer em Porto Alegre em 12 de janeiro de 1960, como 70 anos de idade.

Diz Regina da Luz Moreira<sup>2</sup> em artigo biográfico sobre João Carlos Machado da Fundação Getúlio Vargas:

“Em 1902, concluiu em Porto Alegre os estudos primários, realizados com professores particulares. No ano seguinte, ingressou no Ginásio Pelotense, em Pelotas, RS, terminando o curso em 1908. Em 1909 matriculou-se na faculdade livre de direito do Rio de Janeiro, então distrito federal, colando grau em dezembro de 1913”.

O cenário político do Estado do Rio Grande do Sul a época em que o ilustre Juiz Togado João Carlos Machado começou sua carreira como advogado e jornalista estava sob forte controle e gestão do partido republicano rio-grandense criado em 23 de fevereiro de 1882. Foi nesse tempo, antes de ser nomeado Juiz Togado, que desenvolveu várias funções públicas tais como de Delegado de Polícia, Promotor e também ao nosso sentir, a mais destacada atividade política que desempenhou, foi o de ter sido um dos principais redatores do Jornal A Federação (1884-1937) que era o órgão oficial do Partido Republicano Riograndense (PRR). Todas essas atividades o fortaleceram como destacado líder político partidário e intelectual, o que por certo foram decisivos para sua nomeação como Juiz Togado do Conselho de Apelação da Brigada Militar em 1931. Nesse ano Claudino Nunes Pereira era o Presidente do Conselho de Apelação de 1925 a 1932 e comandava a Brigada

---

<sup>2</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/machado-joao-carlos>

Militar que foi parte da estratégia militar na revolução de 1930, o que levou Getúlio Vargas a Presidência do Brasil, esclarece Regina da Luz Moreira:

“A partir de julho 1930, quando foi assassinado João Pessoa, João Carlos participou das articulações desenvolvidas no Rio Grande do Sul para convencer Borges de Medeiros, chefe do PRR, a concordar com o levante armado. Embora vários membros do partido contrários a revolução, tentassem paralisar os esforços da facção de Machado, esse grupo interferiu a preparação do movimento”.

João Carlos Machado teve intensa participação na revolução de 1930, na campanha da aliança liberal e como deputado estadual e líder da bancada republicana na assembleia estadual do Rio Grande do Sul participou de caravanas políticas: “partiu do distrito federal para percorrer os estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Sergipe, chefiada por João Pessoa presidente da Paraíba e candidato a vice presidente da república”.

Flores da Cunha com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado interventor do Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas e João Carlos machado foi escolhido para a Secretaria do Interior e Justiça “no exercício desse cargo ocupou várias vezes em caráter interino o governo do Estado.

Teve também João Carlos Machado participação ativa na Revolução de 1932, a Revolução Constitucionalista. Em um primeiro momento atuou como intermediário entre Borges de Medeiros, Raul Pila e Sinval Saldanha de um lado e João Neves da Fontoura e Flores da Cunha no outro lado.

Foi eleito deputado estadual no pleito de 1934 pelo partido republicano e liberal.

Trago a baila essa parcela da história do político, jornalista, advogado e membro da OAB, magistrado, professor universitário, João Carlos Machado com o objetivo de destacar a valorização deste integrante do Conselho de Apelação gaúcho que muito contribuiu para a construção ano após ano com o esforço de servidores e magistrados para superar a marca do centenário de prestação jurisdicional aos integrantes da gloriosa Brigada Militar e hoje agrega-se os do Corpo de Bombeiros Militar. João Carlos Machado intelectual de destaque nacional soube escrever sua história em especial como Juiz Togado e para homenageá-lo trago excertos de julgados em que participou, sessões essas que ocorreram de 22 de maio de 1931 até 21 de abril de 1932 quando assumiu o Cargo de Juiz Togado o Dr. Alarico Cabeda.

Em 22 de maio de 1931<sup>3</sup> foi julgada apelação e assim foi decidido:

“Por unanimidade de votos, confirmar a sentença que absolveu o 1º Ten. Hugo Berenhansen em virtude dos mesmos fundamentos que a justificaram, por entender que não se integra a figura de delictos a de que trata o art. 97 do Código Penal Militar”.

Em apelação julgada em 14 de julho de 1931, na qual foi réu Antônio Abreu da Silva, assim decidiu o Conselho de Apelação:

“Vistos e examinados estes autos etc, o Conselho de Apelação tendo em vista a idade do réu, menor de 17 anos, e a existência de foro especial para os julgamentos dos casos desta natureza, julga-se incompetente para decidir, devendo o processo ser remetido ao juiz competente”.

---

<sup>3</sup> Decreto 18 de 7 de março de 1891 – Art. 97 todo o individuo ao serviço da marinha de guerra que desacatar seu superior por palavras, escriptos, gestos ou ameaças.

Em ata de 24 de dezembro de 1931, assim deliberou o Conselho ao julgar apelação de Antônio Bello:

“Vistos e examinados este autos os juízes do Conselho de Apelação resolvem absolver o réu, Antônio Bello, reformando assim a sentença apelada, em virtude da irregularidade insanável com que foi feito seu alistamento.”

No dia 21 de abril de 1932<sup>4</sup> o Juiz togado João Carlos Machado participou de sua última sessão no Conselho de Apelação, ocasião em que foram julgadas apelações de João Palmeiro, Soldado do 3º Batalhão de Infantaria, o qual teve mantida a condenação de seis meses com trabalho, crime previsto no art. 117 do CPM (deserção); quanto a apelação de André Klinford, Soldado do 1º Batalhão o Conselho deliberou por manter a condenação de treze meses, grau médio com trabalho, art. 117 do CPM (deserção) e a última apelação julgada foi de Dionísio Fontoura e assim decidiu o Conselho de Apelação: “os juízes do Conselho de Apelação em face da comunicação de fls... e do disposto no regulamento processual e disciplinar da Brigada Militar resolvem mandar arquivar a presente processo”.

Eis, portanto um brevíssimo histórico das atividades como magistrado, jornalista, advogado e político do culto e paradigmático cidadão gaúcho João Carlos Machado, seu exemplo, sua dedicação, seu entusiasmo, seu denodo e sua cultura contribuíram para o crescimento e fortalecimento o Conselho de Apelação da Brigada Militar, hoje Tribunal de Justiça Militar/RS.

Nosso fraterno reconhecimento ao magistrado João Carlos Machado.

---

<sup>4</sup> Livro de Atas das Sessões do Tribunal de Justiça Militar de 06/04/1926 até 21/12/1932.